

Renata Peixoto de Oliveira

Novas Perspectivas Analíticas para Política Externa em Países da América do Sul: novos aportes a partir da experiência Andina.

Trabajo preparado para su presentación en el VII Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, organizado por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP). Bogotá, 25 al 27 de septiembre de 2013."

Novas Perspectivas Analíticas para Política Externa em Países da América do Sul: novos aportes a partir da experiência Andina.

*Renata Peixoto de Oliveira*¹

Resumo:

Teoricamente, partiremos de uma proposta *tentativa* de ruptura epistemológica com as escolas clássicas das Relações Internacionais fundamentada pela reflexão e proposição de conceitos como *colonialidade do saber e do poder*, trabalhadas por acadêmicos pertencentes ao grupo modernidade/colonialidade. Para compreender o papel da América Latina no Sistema Internacional e a singularidade da Política Externa de alguns países andinos no período recente é necessário chamar atenção para concepções críticas que se propuseram a compreender o desafio do desenvolvimento regional diante de uma realidade, marcada por séculos de sujeição cultural, marginalização de movimentos sociais, racismo, sexismo, patriarcalismo e todas as demais concepções Eurocêntricas que marcaram os universalismos impostos aos povos Latino-Americanos desde o período da colonização até o estabelecimento do chamado *Estado Normal* apregoadado pelo Consenso de Washington e mais um pretensão universalismo marcado pelo pensamento único.

No período mais recente, nos deparamos com o embate entre duas visões sobre o próprio processo de integração regional e a formulação de Políticas Externas no continente, a primeira delas vinculado a ALBA e ao processo de expansão do MERCOSUL para a região Andina, que englobam a necessidade de ruptura com o neoliberalismo como maneira definitiva de se romper com a própria lógica da colonialidade em nosso continente. A segunda visão demonstra a resistência de projetos conservadores que dão relevo a elementos de uma colonialidade continuada, cujo maior exemplo é a criação da *Alianza para el Pacífico*. Assim sendo, pretende-se discutir a originalidade e contribuição do paradigma decolonial para interpretar as relações interamericanas em tempos recentes, contribuindo assim para uma possível ruptura epistemológica em uma disciplina marcada por paradigmas mais propícios ao entendimento de uma realidade que não é a Latino-Americana.

Palavras-chave: Região Andina; Política Externa, Paradigmas das Relações Internacionais; *decolonialidade*

¹ Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (Brasil). Professora adjunta do curso de Relações Internacionais e Integração da Universidade Federal da Integração Latino-Americana /UNILA (Brasil). Correio eletrônico: renata.oliveira@unila.edu.br

Introdução

Os distintos paradigmas teóricos que conformam a área das Relações Internacionais demonstram serem arcabouços bem definidos e fechados em si mesmos. Aos iniciados nos estudos das Relações Internacionais, parece ser uma tarefa confortável transitar entre as diferentes teorias existentes; diante de sua coerência e nitidez. Torna-se tarefa fácil a elaboração de quadros comparativos concisos entre estas diferentes tradições teóricas; como também, a compreensão de como elas vão se sucedendo para dar vazão a incompletude de teorias anteriores. Até mesmo, a relação entre estas diferentes escolas do pensamento e um determinado contexto histórico são, facilmente, sinalizadas.

Mas, mesmo diante deste quadro, não é possível esconder uma profunda inquietação. As Ciências Sociais, de uma maneira geral, mas, principalmente as consideradas disciplinas mestras das Relações Internacionais, Sociologia e, principalmente, a Ciência Política, apresentam um quadro teórico muito mais complexo e, constantemente, contestado e renovado. De igual maneira, diante da complexidade da dinâmica do Sistema Internacional, dos *fatores* determinantes do meio internacional e da emergência de novos atores transnacionais; os paradigmas clássicos das Relações Internacionais demonstrariam uma importante limitação metodológica, mostrando ser necessário repensar suas bases epistemológicas. Mas em que pese o surgimento de novas teorias, como por exemplo, a construtivista e os estudos pós-colonialistas, as teorias clássicas e suas roupagens novas como neo-realismo, marxismo e etc; ainda parecem reinar absolutas.

Mais de um século após o reconhecimento deste campo de estudo, seu arcabouço teórico parece imutável; talvez aí resida um grande mérito por parte de seus principais teóricos, o de constituir *tipos-ideais* que a despeito da simplificação da realidade que poderiam ocasionar, tornaram tarefa fácil aos internacionalistas sua identificação epistemológica.

Muito embora seja digna de celebração às conquistas recentes desta área de estudos que acaba, cada vez mais, se consolidando e expandindo; não se deve perder de vista sua origem; sua filiação epistemológica com as Ciências Sociais. Apesar de as Relações Internacionais não poderem ser consideradas mero mosaico das disciplinas anteriormente destacadas, sem elas não seria possível teorizar ou analisar a realidade internacional. As Ciências Sociais e outras disciplinas da grande área das humanidades foram tocadas, muito recentemente, por uma série de inquietações promovidas pelos estudos realizados pelo grupo *modernidade/colonialidade*, mas como estas indagações poderiam nos servir para (re) pensar as Relações Internacionais?

Antes de qualquer coisa, não podemos nos omitir diante de uma importante autocrítica, a de que os Estudos das Relações Internacionais se constituíram e avançaram enquanto profundamente elitizados; marcadamente representantes do mundo anglo-saxão; refletindo sua análise sobre o internacional a partir de uma perspectiva deliberadamente marcada pelo posicionamento das grandes potências. No

que diz respeito aos Estudos sobre Política Externa e as perspectivas de cooperação e integração regional, o grande protagonismo de estudos centrados em aspectos comerciais e de segurança, acabou moldando esta disciplina, enquanto uma “novidade” consideravelmente conservadora.

Diferentes paradigmas já procuraram trazer à tona o papel dos indivíduos e atores transnacionais, questões culturais, de gênero e problemas ambientais para o seio da disciplina; mas o realismo em seus posteriores desdobramentos ainda segue como paradigma hegemônico. Como as Relações Internacionais poderiam seguir imunes a alguns questionamentos? Como continuar mantendo imaculados e apartados diferentes arcabouços teóricos e seguir se valendo deles, apesar de sua reconhecida limitação?

É diante destas ponderações sobre esta área do conhecimento e da inquietude gerada pelas discussões do grupo modernidade/colonialidade sobre a *invenção* da modernidade e da América Latina que procura-se aqui se valer da utilidade destas teorias para compreender as recentes transformações políticas, a nova dinâmica das relações estabelecidas pelos países andinos; a multiplicidade de caminhos que solapa a ideia de uma “via única” e novos elementos para a configuração de Políticas Externas a partir da experiência recente dos países dessa região.

Desta forma, este trabalho, que não se pretende teórico, procurará a partir do foco na Região Andina e de suas diferentes experiências e transformações discutir a contribuição da perspectiva *decolonial* enquanto uma original contribuição a despeito de análises ainda pautadas nos antigos arcabouços teóricos desta disciplina.

1- Repensando os Paradigmas *Clássicos* e as possibilidades e desafios de uma perspectiva *decolonial* para as Relações Internacionais

Para estudantes e acadêmicos da área de Relações Internacionais, é de conhecimento geral o surgimento de outros paradigmas teóricos que vieram a se constituir como contraponto às teorias dominantes. Mesmo assim, é sabido que estas novas teorias não encontraram espaço diante dos discursos hegemônicos que foram sendo construídos a partir das teorias dominantes. Longe de pretender desconsiderar totalmente às contribuições e validade dessas teorias, procuraremos, a seguir, chamar a atenção para alguns de seus problemas mais destacados, bem como, procurar compreender por que “as novas teorias” não encontraram espaço na disciplina.

No que diz respeito a mais hegemônica dentre as teorias hegemônicas dessa disciplina destacadas, a corrente realista prima por uma visão pessimista e belicista das relações existentes entre os Estados, considerados os principais atores que operam em um sistema anárquico e que orientam suas ações por suas motivações estratégicas (Pecequillo,2005; Rourke,1997). Mesmo que a corrente neo-realista tenha contribuído ao trabalhar de maneira relacional e estrutural as interações políticas existentes no Sistema Internacional, a partir das posições relativas dos Estados, o foco continua sendo este ator.

De fato, o Estado é um ator elementar para a conformação da política internacional, mas não é o único ator, nem mesmo questões referentes aos recursos estratégicos e agenda de segurança são únicas na condução das relações construídas entre diferentes Estados, assim sendo, o fator cooperação e outros atores parecem desaparecer na tradição realista.

O principal contraponto teórico ao realismo é, justamente, o arcabouço liberal, também conhecido como transnacional ou paradigma idealista. Os autores liberais já partem de uma perspectiva otimista, ou melhor, *idealista* das Relações Internacionais, conferindo centralidade em suas análises aos indivíduos e instituições internacionais, além de acreditarem que a interdependência econômica e o comércio internacional levem à cooperação estatal em busca do desenvolvimento e da prosperidade. Assim, este paradigma racional acredita no progresso e no estabelecimento de um Sistema Internacional ordenado e não anárquico.

Vislumbra-se assim um problema central no debate existente entre estas correntes racionalistas, a forma como se apresentam como necessariamente excludentes. Desta forma, nenhuma delas pode conferir uma abordagem satisfatória da complexidade do Sistema Internacional. A necessidade do embate teórico entre estas correntes acabou conformando, de um lado e do outro, visões simplistas da realidade internacional. Ainda mais importante ressaltar que ambas as perspectivas remontam às bases epistemológicas de uma disciplina que tomou categorias eurocêntricas como categorias universais, por um lado, a idéia de um Estado-Nação que conformou o “moderno” sistema de Estados e, desde a perspectiva idealista a pretensa ideia de progresso, assentado na invenção da modernidade pelos Europeus.

A terceira teoria dentre as mais difundidas desta área de estudos é a corrente estrutural, marxista ou *dependentista*. Esta corrente contribuiu consideravelmente para se compreender as relações de poder existentes entre nações desenvolvidas e outras, acentuando as diferenças existentes entre países marcados por um passado colonial e países centrais. Assim é visível, dentre as teorias pioneiras, o fato de que a corrente marxista trouxe uma contribuição fundamental ao considerar as relações centro-periferia, também trazendo novas possibilidades epistemológicas ao construir novas perspectivas não mais oriundas do *norte*.

É de fundamental importância o reconhecimento, por parte da teoria crítica, de que os debates teóricos são políticos e de que não existe uma ciência neutra. Assim, teorias também servem de justificativa da manutenção do *Status quo*, em um Sistema Internacional marcado por estruturas desiguais e opressoras entre os povos e nações.

Em que pese todos os avanços e contribuições o debate marxista peca por sua visão estritamente economicista, e por outros aspectos de sua tradição, criada para compreender as relações entre capital e trabalho em países capitalistas avançados, que não abarca todo o universo de questões referentes a países que sofreram um processo de industrialização tardia e são marcados por sua herança colonial. Dessa forma, também é inevitável a conclusão de que o marxismo também se apresenta como uma narrativa eurocentrada.

A tentativa de romper com estas tradições nos trouxeram s novas opções, como a construtivista ou reflexiva baseada em conceitos como estrutura, identidade e

interações permeadas de intersubjetividade. É incontestável a contribuição deste paradigma, tendo em vista que a noção de Estado ou de um Sistema de Estados não passa de um constructo humano, e de que é a cognição que confere sentido a estas categorias analíticas; esta constatação se esvazia por não dar conta de elementos materiais das Relações Internacionais.

Diante do exposto, a intenção é refletir sobre alguns paradigmas recentes que nos trazem novas perspectivas da realidade internacional, rompendo com o pensamento hegemônico, desconstruindo este discurso teórico instrumentalizado em prol de objetivos, perspectivas e visões acadêmicas etnocêntricas e do interesse das chamadas grandes potências.

O que teríamos de tão inovador e revelador em uma abordagem *decolonial*? Como poderíamos diferenciá-la dos estudos *poscolonialistas*? Definir o que separa a perspectiva poscolonial da decolonial, nas palavras de Alejandro de Oto, nos leva a perceber:

“La diferencia con respecto a las críticas del colonialismo anteriores al pensamiento descolonial es que éstas aparecen ancladas en los términos conceptuales del pensamiento hegemónico de la modernidad eurocentrada, en sus distintas manifestaciones, por caso, liberal, cristiano, marxista. El pensamiento descolonial no desconoce estas experiencias críticas pero las despliega en relación con la demanda que se organiza a partir de la crítica a la matriz colonial del poder y en la articulación de múltiples genealogías que se diseminan a escala planetaria.” (OTTO, 2013)

Mas antes mesmo desta distinção tão necessária, é importante perceber que o *poscolonialismo* teve papel fundamental ao deferir duras críticas às Relações Internacionais e seus principais arcabouços teóricos, de certa forma, pavimentando o caminho para aquele que poderia ser seu desdobramento mais recente.

Defining the post-colonial is significant in understanding the developments of critical theory in International Relations. Post-colonial studies are centred on the relationships between the coloniser and the colonised, with a particular emphasis on the interpretations and histories of the colonised group.(...) The post-colonial era is not restricted to just the former colonies of old European empires. It also includes those areas touched by colonialism and imperial influence. (...)The influences on collective and individual identity in the post-colonial world can be understood through the post-colonial sub-theory of hybridity. It refers to the difficulties in reconstructing a sense of self and country following colonial occupation. (...)While the globalisation of Western values and culture can be seen as a continuation of Western imperialism, it also upsets the realist notion of International Relations from a top-down approach, instead considering the interaction of cultures from the bottom up. (...)Post-colonial theory is thus significant to our thinking on global politics and interactions as it challenges the epistemological foundations of International Relations, while giving us a framework with which to examine the future developments in a post-colonial era. (Basaglia,2012:72-74)

Apesar das significativas contribuições, o enfoque poscolonialista recebeu e recebe duras críticas, assim, poderíamos destacar: 1) seus principais teóricos estão radicados nos Estados Unidos e Europa, o que seria contraditório; 2) apresentam excessivo enfoque em questões culturais e elementos discursivos; 3) seu objetivo emancipatório parte de elementos teóricos propostos por escolas europeias.

Neste ponto, é possível destacara alusão da literatura especializada às releituras do poscolonialismo feitas por alguns autores como Paul James que crítica as teorias sobre a globalização (liberal) que se sustenta em elementos locais pretendendo universaliza-los; assim como Phillip Darby que resgata elementos da economia política a partir de um enfoque poscolonial, trabalhando a teoria da dependência e o estruturalismo latino-americano; ou como David Slater que aborda aspectos geopolíticos analisando categorias , por exemplo, norte-sul, ou, primeiro, segundo e terceiro mundos enquanto categorias coerentes com discursos dominantes, e, portanto, etnocentricos.

Trata-se de algumas abordagens que procuram superar as limitações da teoria poscolonial, revisando seus elementos, contribuindo para uma nova reflexão dentro das Relações Internacionais, superando seu caráter auto constitutivo e referencial que assegura a superioridade de parâmetros ocidentais de organização política (democracia liberal) e de um modo de produção (capitalismo).

Já o paradigma *decolonial* procura desvincular conceitos ocidentais como o próprio “imaginário da modernidade”, propondo a pluriversalidade como projeto universal em substituição de qualquer universal abstrato (Mignolo, 2008: 289). Segundo Mignolo, a outra face da modernidade (narrativa europeia) é a colonialidade. A modernidade promoveu a colonização do tempo, com a “invenção da idade média” e do espaço com a conquista do mundo novo. Dessa forma, ocorreu a própria “invenção” da América através da ideia de que a modernidade europeia teria a missão de converter, civilizar e desenvolver aquelas civilizações.

As transformações ocorridas com a colonização da “América” tiveram impacto na constituição do moderno sistema mundial. Para Wallerstein e Quijano, estas transformações são exemplificadas pela expansão geográfica mundial; pelo surgimento de métodos de controle de trabalho para diferentes produtos e regiões e a criação de máquinas estatais fortes. Sendo que, as Américas tiveram papel fundamental para os dois primeiros processos, tendo o chamado novo mundo se transformado no padrão de dominação para todo sistema mundial através da colonialidade, etnicidade e racismo (Wallerstein & Quijano, pag.24). A etnicidade acabou delineando a própria divisão do trabalho, como exemplificado pela escravidão dos povos africanos. A colonização se baseou tanto na subordinação com relação às metrópoles quanto também no que se refere hierarquização de elementos raciais nas relações de poder.

Segundo Anibal Quijano (2002), o poder é uma relação social que se baseia em três elementos; dominação, exploração e conflito, afetando, através de um padrão histórico, o trabalho, a sexualidade, a autoridade coletiva, além da subjetividade/

intersubjetividade. Segundo este autor, quando pensamos no padrão do poder a nível mundial teríamos a articulação dos seguintes elementos (Quijano,2002:04)

- 1) Colonialidade do poder através de uma classificação social básica pautada por elementos raciais para garantir a dominação social.
- 2) Capitalismo enquanto padrão de exploração social.
- 3) O Estado-Nacional enquanto forma central de controle.
- 4) Eurocentrismo como forma hegemônica de produção de conhecimento.

Basicamente, em linhas gerais, seriam estes os principais fundamentos do pensamento descolonial a partir da perspectiva de seus principais expoentes. Esta discussão ainda apresenta alguns desdobramentos que lançam luzes à compreensão de importantes processos políticos e econômicos que tiveram lugar no século XX.

Segundo Ballestrin (2013), estas seriam características fundamentais dos estudos pos-coloniais e decoloniais:

O pensamento fronteiriço resiste as cinco ideologias da modernidade: cristianismo, liberalismo, marxismo, conservadorismo e colonialismo (Mignolo,2003). O autor reconhece no entanto, a importancia de autores que nocontexto da modernidade eurocentrica denunciaram o sofrimento humano,como Las Casas e Marx. A denuncia ao eurocentrismo do marxismo, realizadatambem por Lander (2006), assimila as versoes do marxismo periferico,como as de Mariategui e Gramsci – este em menor medida. Ao passo que o primeiro incorporou a questao indigena – escola revitalizada pelo vice--presidente e sociologo boliviano Alvaro Garcia Linera –, a legitimidade de Gramsci residiria no seu lugar de fala desde a periferia da propria Europa– mesmo argumento aplicado ao sociologo portugues Sousa Santos. Tal rejeicaoseletiva ao marxianismo e marxismo – pela cegueira ou cumplicidadecom o colonialismo e com o eurocentrismo – e observada fortemente emMignolo e Sousa Santos. Ambos rejeitam a validade do marxismo como a unica utopia radical, critica e anticapitalista, para o seculo XXI. (Ballestrin, 2013:106-107),

No que diz respeito à “transposição” desta discussão para a conformação da disciplina das Relações Internacionais, estamos diante da constatação de que esta área do conhecimento tem seu caráter marcadamente ocidental. De acordo com os apontamentos de Rodrigues (2013), a disciplina de R.I. tem sua origem no próprio momento de conformação de um sistema soberano de Estados, marcado pela paz de Westfalia (1648). Dessa forma, o debate decolonial aborda o caráter eurocêntrico da disciplina que baseia suas análises em três elementos, Estado, autoridade e território. Se o enfoque decolonial já questiona a própria divisão do conhecimento em disciplinas distintas e até mesmo o primado da ciência, para o qual Boaventura de Souza Santos, cunhou o termo “pensamento abismal” para se referir aos universalismos criados pelos Europeus, se coloca mais crítico diante da genealogia desta disciplina que coaduna com o pretenso caráter civilizatório das nações europeias frente a necessidade de consolidar a

hegemonia de seus atores e grupos dominantes no novo sistema internacional (Fonseca & Jerems, 2012).

As concepções mais básicas do surgimento das Relações Internacionais como área de estudo levam a crer que em período anterior a 1648, estaríamos em um “estado pré-moderno”, contribuindo assim para a invisibilização de tudo o que não era “ocidental”. Dessa forma, o *mainstream* da disciplina, conformado por seus paradigmas clássicos, negligenciou o papel da chamada periferia do sistema na formulação das dinâmicas globais, deixando de lado também a grupos e atores considerados marginalizados (Rodriguez,2013).

Ao refletirmos sobre o processo de globalização, para Quijano, trata-se de um processo de reconcentração do controle de recursos, bens e renda; promovendo uma polarização social crescente, incrementando a exploração dos trabalhadores e expandindo a servidão (Quijano, 2002:10). Dessa forma, o Consenso de Washington que lançou as diretrizes da globalização financeira, seria uma etapa do processo de colonização. Em verdade, a culminação do processo de desenvolvimento histórico de padrão de poder.

O paradigma decolonial nos coloca diante de reflexões fundamentais para a compreensão da formação do sistema mundo a partir da expansão do modelo capitalista e dos padrões de dominação que marcaram a experiência colonial, pautados na universalização de determinados padrões de desenvolvimento e tecnicismo, bem como na hierarquização das relações sociais através da “invenção” do racismo. Estas reflexões não são pertinentes apenas à compreensão do passado, tendo em vista que este paradigma procura, justamente, chamar atenção para a resistência de elementos que não só conformaram o colonialismo, mas se constituem em marcas da colonialidade que persiste.

É justamente a partir deste ponto destacado que podemos procurar compreender não apenas a funcionalidade desta perspectiva para o estudo das Relações Internacionais, como também para a própria análise das relações interamericanas no início do século XXI, diante de alguns elementos presentes na Política Externa de algumas nações andinas.

2- Região Andina: Políticas Externas e projetos de Integração regional

A ascensão da esquerda em diversos países da América Latina, ao longo da última década, vem merecendo grande atenção, justamente por sinalizar a crítica diante do esgotamento do modelo neoliberal, alardeado em meio ao avanço do processo de globalização que impingiu a abertura econômica e deu origem ou vitalidade a algumas iniciativas e projetos de integração econômica e comercial entre os países da região, na década anterior.

Grosso modo, estivemos diante de um desgaste da dominação exercida pelo poder hegemônico, Estados Unidos da América, desgastados na região em seu papel de *xerife do mundo*, e, fortemente abalados pela ascensão econômica da U.E (notadamente Alemanha) e por economias emergentes como os BRIC's (China, em especial). Ademais, o desgaste provocado pela Doutrina Bush com o recrudescimento de sua Política Externa após os atentados de 11 de Setembro de 2001, o afastamento provocado pela aventura militar estadunidense no oriente médio e o forte impacto da crise econômica iniciada em 2008, deixaram um *vazio de poder* na região.

Seja como mera *constatação* ou movimento de *contestação*, o fato é que, de uma maneira geral, podemos apresentar como elementos centrais das Políticas Externas de diversos países da região, excetuando-se aqui Colômbia, Peru e México, um forte desejo de não ser mais considerado mero quintal dos Estados Unidos.

A partir da emergência de novos atores políticos e de partidos progressistas ao poder, a busca por maior autonomia, a garantia da soberania nacional e o fortalecimento de projetos de integração entre os países da região são os principais elementos que caracterizam suas Políticas Exteriores, independentemente das singularidades apresentadas por estes governos. Assim já fica claro a percepção por parte destes governos de como se configurou, historicamente, o padrão de poder mundial e o papel de subalternidade conferido à “chamada” América Latina desde sua invenção pela colonização Portuguesa e Espanhola no século XVI.

A partir do exposto, procura-se refletir sobre a fundamentação teórica adequada à reflexão sobre um período de reconfiguração geopolítica em nossa região, marcada por um forte dissenso político e econômico entre países, principalmente, da região andina.

Enquanto nas décadas de 1980 e 1990, o “pensamento único” que determinava a existência de apenas uma via (*there is no alternative – TINA*), foi marca do Consenso de Washington e do paradigma neoliberal em toda a região, na virada de um novo século, o “dissenso” entre diferentes alternativas e possibilidades veio à tona. Com a crise deste modelo econômico neoliberal, a emergência de governos de esquerda na região trouxe novas possibilidades a serem seguidas, como novos modelos político e econômico, além de novos projetos de cooperação regional e diferentes diretrizes para as relações com a maior potência hemisférica.

Esta questão foi abordada em um importante documento do Ministério das Relações Exteriores da Venezuela, *El Nuevo Mapa Estratégico* de 2004, quando o então presidente Hugo Chávez fez uma interessante análise do quadro geopolítico hemisférico. Segundo o mandatário venezuelano

“O primeiro deles, denominado Eixo Contraposto Brasília, Caracas e Buenos Aires, estaria constituído pela aliança entre a Venezuela e dois importantes países da região, Argentina e Brasil, num claro reconhecimento do peso destas duas economias e do papel de ambas no MERCOSUL (...)

O segundo seria o Eixo Bolívar formado pelas bacias hidrográficas dos rios Orinoco, Amazonas e Rio da Prata, abarcando a região andina, a amazônica e o Cone Sul. (...) Também, seria este, um eixo mais recente, pela incorporação de Bolívia e Equador, atualmente, importantes aliados políticos do governo Chávez na região.

Por último, existiria um eixo comandado pelo próprio Pentágono, composto por seus aliados, importantes interlocutores dos Estados Unidos na região. Sendo formado por Bogotá, Lima, Santiago e, até a data em que o documento foi lançado, por Quito e La Paz, cooptados, posteriormente para o eixo Bolívar “(OLIVEIRA,2011:97).

Com a posterior ascensão de Evo Morales (2006) ao governo da Bolívia e de Rafael Correa (2007) à presidência do Equador, poderíamos concluir que este segundo eixo se fortaleceu, já que os dois países citados deixaram de gravitar em torno de Washington e se aproximaram de Caracas. Também é possível concluir que o primeiro eixo desapareceu já que a Venezuela passou a liderar o eixo bolivariano. A análise feita por Chávez neste documento perdeu sua validade, seja pela imprecisão no que tange ao eixo bolivariano, ou mesmo, pelo fato de que em 2004, La Paz e Quito gravitavam em torno de Washington. Já no que diz respeito à alusão de um eixo formado por Caracas, Brasília e Buenos Aires, poderíamos estar diante daquilo que alguns convencionaram a chamar de Consenso de Brasília, em referência clara a configuração do Brasil enquanto líder regional. Mesmo assim, esta análise suscitou o interesse em compreender a possibilidade de estarmos diante de uma nova configuração geopolítica em nosso continente.

Em verdade, o que chama atenção é o delineamento de dois eixos, muito bem delimitados, o primeiro deles capitaneado pela Venezuela, incluindo Bolívia, Equador, Cuba e Nicarágua, países que formam o projeto da *Alianza Bolivariana para los pueblos de nuestra América*, a ALBA-TCP.

Quadro 1: Divergências entre os dois blocos

Consenso Bolivariano ou eixo contra-hegemônico	Consenso de Washington ou eixo neoliberal
Forte influência da Venezuela	Forte influência dos EUA
Projeto de cooperação regional: ALBA	Projeto de cooperação regional: Alianza Del Pacífico
Visão multipolar/ contestação da hegemonia norte-americana	Aceitação da “condição” dos EUA como potência hemisférica e de suas ações unilaterais.
Estado forte (economia), políticas de nacionalização.	Estado mínimo (economia), ortodoxia neoliberal.
Democracia participativa (protagônica)	Democracia Liberal
Cooperação regional através de projeto de desenvolvimento endógeno.	Cooperação regional retomando princípios da ALCA (Área de livre comércio das Américas) proposta pelos EUA e voltada para uma maior inserção de suas economias no mercado mundial, em regiões dinâmicas como o sudeste asiático.

Fonte: Elaboração própria.

É de extrema importância considerar que, na última década, o eixo que se destaca por um discurso contra-hegemônico, ao buscar alternativas ao modelo neoliberal e uma maior autonomia em relação aos Estados Unidos, foi ganhando mais adeptos na medida em que governos de esquerda chegaram à presidência em vários países da região após uma década perdida e uma década de promessas não cumpridas pela ortodoxia neoliberal. Além disso, percebe-se que o próprio projeto do MERCOSUL já engloba o eixo bolivariano, tendo em vista que, em um futuro próximo, os principais países que conformam a ALBA-TCP farão parte daquele bloco. O passo inicial foi dado com a entrada da Venezuela em 2012. Neste último caso, a aproximação venezuelana do Mercosul visa, na realidade, a própria ampliação de sua projeção para o sul de nosso continente, afastando-se do projeto da *Comunidad Andina de Naciones* (CAN) e de governos alinhados com Washington. Estrategicamente, para a Venezuela seria mais interessante se aproximar de um projeto de cooperação e integração já consolidado há décadas, como é o MERCOSUL.

Nesta empreitada, é fundamental compreender os principais aspectos políticos e econômicos que explicam a conformação destes dois eixos contrapostos e explicá-los em maior profundidade. A partir disto, poder-se-ia explicar melhor os processos recentes de integração regional, considerando principalmente, seu alinhamento ou afastamento em relação à Washington em termos políticos e econômicos.

A ALBA e a Aliança do Pacífico, ou Arco do Pacífico, cristalizam e conferem visibilidade a existência de um verdadeiro dissenso em nosso hemisfério, demarcando as diferenças existentes entre modelos político-econômicos distintos. A postura mais radical, ideologicamente orientada e controversa de cada um destes eixos, exige a conformação de uma verdadeira aliança para sua sobrevivência, tanto em relação ao eixo contraposto como em relação aos países que adotam uma postura mais moderada. Independentemente da longevidade dos dois blocos em comparação a projetos já

consolidados como o MERCOSUL, mesmo em termos simbólicos, sua conformação, traz à tona as posições conflitantes (dissensos) entre os governos da região. Em termos estratégicos, o eixo neoliberal sentiu-se fortemente ameaçado diante do avanço de um modelo político alternativo a ortodoxia liberal, parte de um processo de globalização assimétrica que marcaria o ponto máximo do colonialismo na América Latina.

O eixo neoliberal, derrotado em 2005 quando finda as expectativas de criação de uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), além de se contrapor ao eixo bolivariano, contra-hegemônico, se opõe ao modelo político-econômico e ao processo de integração dos governos moderados de centro-esquerda, nos quais o Lulismo Brasileiro e o Kirchnerismo Argentino são elementos centrais. Independentemente da força política e econômica de Argentina e Brasil e da solidez do MERCOSUL, o projeto político delineado pelos governos Bolivarianos que constituíram a ALBA se tornaram um farol na busca de alternativas para a região, na luta pela soberania dos países latino-americanos e no resgate e valorização de práticas políticas e econômicas, valores e saberes *pluriversais*, que remontem à diversidade cultural de nossa região e no resgate cultural, social, político e simbólico dos povos originários deste continente.

A emergência de partidos de esquerda na América Latina na última década, e, principalmente, de novos atores políticos na Venezuela, Bolívia e Equador, especialmente, são muito mais significativos do que a busca pelo resgate do papel do Estado e a representação da perda de legitimidade das velhas elites políticas destes países. Em realidade, não existiria nenhuma originalidade em tal projeto político, afinal de contas o Estado, além de ser uma “construção” e categoria ocidental, sempre teve um papel central nas economias latino-americanas e a sucessão de diferentes grupos no poder, é bastante comum na história política latino-americana, e, inclusive, elemento essencial de regimes democrático-liberais.

Dessa forma, torna-se elemento essencial à busca de elementos originais, contestatórios, contra-hegemônicos e alternativos presentes no projeto político dos governos Bolivarianos da Venezuela, Bolívia e Equador, tendo em vista, que os mesmos podem sinalizar a viabilidade de uma reflexão pautada pelo paradigma *decolonial*, com vistas a compreender a articulação de governos da região em contraposição a um projeto de dominação política, cultural e econômica que teve sua primeira ofensiva contemporânea marcada pela proposta da ALCA e pela Doutrina Bush, no marco da globalização liberal e assimétrica e cujo segundo intento foi o estabelecimento do Arco do Pacífico por governos conservadores que gravitam em torno de Washington.

É sumamente importante perceber algumas tendências na ascensão destes governos bolivarianos, que a primeira vista poderiam ser vistas como problemáticas, mas, em realidade, constituem esforço genuíno pela busca da autodeterminação dos povos deste continente.

Com o intuito de perceber as possibilidades interpretativas entre os projetos políticos dos chamados governos Bolivarianos e a perspectiva *decolonial*, nas próximas páginas, serão relacionadas algumas das principais características destes governos, com

elementos pertinentes a concepção de um “padrão mundial de dominação” proposta por Aníbal Quijano, um dos principais expoentes do grupo Colonialidade/modernidade.

- 1) O papel do Estado: um dos elementos destacados na análise de Quijano seria “*O Estado-Nacional enquanto forma central de controle*”. Neste ponto, apesar destes governos representarem um resgate do Estado enquanto agente econômico e promoverem seu fortalecimento político, devemos compreender que esta valorização do Estado ocorreu em reação ao Estado mínimo proposto pela Nova Direita, que realizou o sucateamento do Estado, o processo de abertura comercial e de privatizações que marcaram a era neoliberal e afetaram as economias nacionais e deterioraram os indicadores econômicos. O resgate econômico do Estado veio, neste sentido, a garantir a soberania nacional, a autonomia em relação às grandes corporações e o grande capital. O Estado-Nacional foi atacado pela esquerda, como simulacro dos interesses da classe burguesa; foi vilipendiado pela direita em nome da necessidade de auto-regulação pelas mãos invisíveis do mercado, passou por sérios questionamentos quanto a sua necessidade, alcance, autonomia e soberania em uma era marcada pelo aumento das interconexões globais, e, percebemos, ainda foi responsabilizado por ser um dos cânones da “modernidade” pretensamente universal dos Europeus. Em que pese todas às críticas ao Estado e às suas bases que remontam a um dado território e população determinados, as bases ideológicas dos governos bolivarianos e a própria perspectiva decolonial de Quijano, não fazem a apologia pelo fim do Estado. Trata-se antes do reconhecimento de suas limitações, principalmente, em uma era marcada pela globalização, como já salientaram Boaventura Santos (2005) e David Held (1990). Como, igualmente, de uma percepção com relação a uma forma de organização política que foi imposta no período colonial pelos europeus, subjulgando assim outras formas de organização, principalmente, comunais. Os chamados governos bolivarianos incentivam a política local; algo a ser exemplificado, com 1) a existência de conselhos comunais como os Venezuelanos, 2) com os mecanismos institucionais *participacionistas* que incentivam um modelo deliberativo de democracia, assim rompendo com o “universalismo” da democracia liberal; 3) além de haverem promovido uma importante reforma constitucional no sentido do reconhecimento de serem Estados Plurinacionais, como ocorrido na Bolívia e Equador.

2) *Plurinacionalismo indígena*

Outro fator elementar na discussão feita por Quijano sobre a colonialidade do poder é a constatação de que a “*classificação social básica é pautada por elementos raciais como forma de garantir a dominação social*”. Se a invenção

da raça e, conseqüentemente, do racismo foram pontos cruciais para a dominação política, econômica e cultural europeias, os governos bolivarianos buscaram superá-la através de uma prática discursiva pertinente à (re)valorização das culturas dos povos originários, além da busca por sua inserção política e econômica através de políticas inclusivas. Ilustrativa se tornou a prática do *Buen Vivir* que demonstra uma profunda preocupação com a relação estabelecida com a natureza; a valorização dos saberes ancestrais em detrimento do primado da ciência e a valorização da multiculturalidade. Assim:

(...)el Buen Vivir se construye también desde las reivindicaciones por la igualdad, y la justicia social (productiva y distributiva), y desde el reconocimiento y la valoración de los pueblos y de sus culturas, saberes y modos de vida. (Plan Nacional del Buen vivir, Ecuador, 2009-2013)

Procura-se romper epistemologicamente com um discurso pautado na relação dicotômica *nós x outros*, no qual os outros seriam as populações e culturas a serem civilizadas, excluídas, dilaceradas; como ocorreu com o processo de colonização e que persistem, até os dias de hoje, nos elementos de uma *colonialidade* do saber e do poder. Tanto através da valorização da cultura dos povos originários de nossa América, quanto da busca pela inserção material e política destas populações, quanto pela própria questão semântica, estes governos destacam que agora *o seu norte é o sul*.

3) Alternativas ao “novo” padrão de exploração do trabalho: neoliberalismo

O outro elemento destacado pelo sociólogo peruano é o estabelecimento do capitalismo enquanto padrão de exploração social. Neste aspecto, propostas como *o socialismo do século XXI* e a política do *Buen Vivir*, se mostram como alternativas a um modelo econômico responsável pela exploração e exclusão de diversos seguimentos sociais. As visões engendradas nas propostas estabelecidas pela chamada “Revolução Bolivariana” de Chávez ou pela “Revolução Cidadã” de Correa, por exemplo, embora estabeleçam ainda um capitalismo de Estado, se constituem como movimentos contra-hegemônicos ao avanço do neoliberalismo em toda a região; revalorizando economias populares, incentivando pequenos produtores e micro-empresários *vis à vis* o poderio das grandes corporações. A democratização dos meios de produção, o incentivo à economia solidária, à criação de cooperativas de trabalhadores, o uso comunal da terra por pequenos agricultores são práticas incentivadas por estes governos. Mesmo que não subvertam por completo a lógica capitalista, mesmo que apresentem alguns pontos controversos, ou melhor, ainda não bem definidos, procuram subverter o padrão de exploração capitalista que exauriu os recursos naturais deste continente em séculos de exploração e, ainda, garantir a inserção de diversos setores sociais, da classe trabalhadora urbana e campesina, dos povos indígenas em um sistema no qual sempre estiveram à

margem, além de vir desaparecer suas práticas e saberes ancestrais com relação às suas atividades produtivas.

- 4) Construção de novas epistemologias: De uma maneira geral, e como parte dos processos acima elencados, tanto a prática discursiva destes novos governos como as práticas políticas engendradas, assentaram-se na busca de uma perspectiva, um olhar latino-americano, evitando assim um dos elementos centrais da criação da modernidade e dos universalismos europeus, a saber, a necessidade de superação do *Eurocentrismo como forma hegemônica de produção de conhecimento*.

As mudanças de orientação política que ocorreram na Venezuela, Bolívia e Equador, tiveram considerável impacto na formulação de suas políticas externas. No resgate do elemento bolivariano pelas novas esquerdas, pelo resgate do sonho integracionista e da construção da “grande pátria”, mas não nos moldes da integração econômica preconizada pelo projeto de Washington de estabelecimento de uma Área de Livre Comércio das Américas, mas nos moldes de outra aliança, *a Aliança Bolivariana para os povos da nossa América*.

Muito embora ainda não seja muito expressiva, até mesmo no que se refere ao comércio entre os países do bloco, ou como destino principal das exportações de seus países membros, a ALBA possibilitou a ampliação e diversificação das relações comerciais desses países. Além disso, confere ao próprio processo de integração regional, um caráter diferenciado e até mais amplo do que o proposto pelos defensores do “regionalismo aberto”. Justamente por considerar aspectos políticos e socioculturais no processo de integração e cooperação entre os países da região, a ALBA cumpre um papel diferenciador no que se refere às relações interamericanas no século XXI. (Oliveira, 2012:44)

Como elementos essenciais para compreendermos as alterações e nova configuração das Políticas Externas de cada um destes três países andinos é importante percebermos alguns de seus elementos centrais. No que diz respeito ao caso venezuelano, é visível que seu governo procurou diversificar suas relações internacionais, seja no âmbito diplomático quanto comercial, assim se afastando de sua tradicional postura isolacionista, que conferiu a este país o papel de parceiro preferencial dos Estados Unidos durante grande parte do século XX. A Política Externa engendrada desde o governo Chávez se caracteriza, basicamente, pela preferência ao multilateralismo e defesa de um mundo multipolar. Além disso, é salutar para esta nova perspectiva o uso do *Social Power*, ou seja, a construção de laços de solidariedade, a cooperação, o fomento a projetos sociais e a ajuda internacional, em muitos casos, humanitária da Venezuela com relação a outros países. Além da busca pela soberania e não ingerência dos Estados Unidos na região, à nova Política Externa venezuelana ganhou novos componentes, humanitário e social, demarcando um novo momento para sua diplomacia, não apenas entre governos, mas sim, o estabelecimento de uma diplomacia dos povos.

No que diz respeito ao caso Boliviano, sua Política Externa busca a superação das assimetrias internacionais, isto se evidencia, principalmente, pela condição de “subalternidade” do Estado boliviano e de seu povo no cenário regional. Este que é considerado o país mais pobre do continente sul-americano, que sofreu perdas territoriais que comprometeram sua inserção internacional, passa por uma busca incessante por um papel de maior destaque na região e de resgate do Estado na promoção de seu desenvolvimento, superando a dependência econômica histórica deste país e sua sujeição aos interesses do capital estrangeiro. Esta nova perspectiva em termos de Política Externa, a partir da ascensão de Evo Morales, também implica na adoção da diplomacia dos que inclui a valorização da questão dos direitos humanos. Quanto a este ponto, ainda é importante vislumbrar a mudança de orientação da Política Externa deste governo com relação aos seus antecessores no que diz respeito ao combate ao narcotráfico, posto que o atual governo nega uma postura “belicista” e inclui no debate a necessidade de se respeitar as tradições indígenas do uso milenar da folha de coca, bem como para os impactos negativos de políticas perpetradas pelo *Plan Dignidad* (1997-2002) do governo Hugo Banzer.

Quanto ao caso Equatoriano, percebe-se, na Política Externa de Correa, a existência dos mesmos traços que marcaram os governos Chávez e Morales. Trata-se de uma postura mais assertiva, de defesa da soberania e fim de assimetrias, vislumbrada pelo apoio irrestrito deste governo as iniciativas como a UNASUL e a própria propostas de criação do Banco Del Sur, em substituição às agências financeiras internacionais.

Mesmo que a política doméstica ou externa dos três países aqui considerados, ainda se constituam enquanto desafios consideráveis para a adoção do paradigma decolonial, já que ainda se baseiam em dois elementos centrais para um padrão de dominação mundial, desde a perspectiva de Quijano, a saber, o Estado-Nação e o capitalismo, seus “modelos” políticos apresentam diversas características que nos permitem apoiar neste paradigma.

A partir do exposto é possível perceber como alguns dos elementos centrais do debate promovido pelo grupo colonialidade/modernidade e que constituíram um novo paradigma para as Ciências Humanas são visíveis, em termos pragmáticos e retóricos, nos projetos políticos dos governos Bolivarianos da Venezuela, Bolívia e Equador e, em consequência, são percebidos enquanto elementos centrais de uma reformulação de suas estratégias de inserção e projeção internacional. No que diz respeito à dinâmica das relações Interamericanas, o debate promovido por este grupo de teóricos e muito bem representado pela análise aqui exposta de Aníbal Quijano, nos permitem perceber a existência de uma reconfiguração geopolítica na região. Este processo instaura-se a partir do esgotamento do modelo neoliberal, etapa compreendida no processo de dominação política e econômica iniciada no período colonial e que persistiu nas últimas décadas do século XX, sob a égide da globalização, que marcaria o fim da História e mais um capítulo na narrativa da modernidade ocidental. Em contrapartida, o movimento contra-hegemônico, instaurado a partir da ascensão de governos de esquerda, seja de uma esquerda tida como radical ou progressista, se constituiu enquanto ruptura a um determinado discurso da modernidade, a uma via única de desenvolvimento, a um padrão estabelecido.

O século XXI prenunciou o surgimento de novos blocos, instrumentos, espaços de articulação política para os países da região como a ALBA, a UNASUL, a CELAC (Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos), para além das estruturas institucionais propícias a uma ordem estabelecida no pós-Segunda Guerra (Bretton Woods) e que serviram ao propósito do exercício do poder hegemônico pelos Estados

Unidos da América e seus aliados Europeus. Mesmo blocos já estabelecidos como o MERCOSUL valorizaram sua dimensão social e se propuseram a pensar a cooperação e integração latino-americana para além das relações comerciais. Até mesmo quando de sua atuação em organismos multilaterais e internacionais tradicionais como a ONU e a OEA, diversos governos latino-americanos advogaram um papel de maior destaque e protagonismo, vide as polêmicas travadas pelo falecido presidente Chávez em retaliação à exclusão cubana da OEA, dentre outros exemplos a serem destacados.

Diante dessa nova configuração política para a região, os paradigmas clássicos das Relações Internacionais, não se mostram capazes de guiar nossas reflexões sobre as mudanças recentes e as perspectivas futuras para a América Latina, principalmente diante de uma Europa enfraquecida e da queda eminente da Águia do norte.

Considerações finais:

Com este trabalho pretendeu-se lançar algumas luzes para um debate que mereceria maior destaque no âmbito das Relações Internacionais. A perspectiva *decolonial* se debruça em elementos primordiais para a compreensão do lugar da América Latina no Sistema Internacional, bem como, é de grande valia para uma reflexão acerca da atual dinâmica das relações interamericanas, em um momento de confronto de projetos políticos que refletem caminhos opostos, seja rumo à consolidação de um padrão de dominação que teve início com a experiência colonial em nossa região, seja com as alternativas vislumbradas em perspectivas contra-hegemônicas. Neste aspecto, o delineamento, os rumos, objetivos da Política Externa de alguns países, como Venezuela, Bolívia e Equador, se confrontam diretamente, ao posicionamento adotado pelos governos Peruano, Colombiano, Chileno e Mexicano. Mesmo governos tidos como progressistas e moderados também contribuíram, nos últimos anos, para uma redescoberta da América Latina, para seu resgate cultural e político no Sistema Internacional.

Referências Bibliográficas

OTTO, Alejandro de. Pensamiento Decolonial. Disponível em: <http://www.cecies.org/articulo.asp?id=285>. Acesso em 03 de Junho de 2013.

RODRIGUEZ, Fernando Galúido. Enfoques postcoloniales em relaciones internacionales: um breve recorrido por sus debates y sus desarrollos teóricos. Relaciones Internacionales, Grupo de estudios de Relaciones Internacionales (GERI-UAM) n 22, Feb-May 2013.

FONSECA, Melody; JEREMS, Ari. Pensamiento decolonial: una nueva apuesta en las relaciones internacionales? Relaciones Internacionales, Grupo de estudios de Relaciones Internacionales (GERI-UAM) num 19, feb.2012.

BASAGLIA, Isabela .The Contribution of Post-Colonial Theory to the Construction of Identity of Identity in International Relations. Disponível em:

<http://eview.anu.edu.au/cross-sections/vol18/pdf/ch06.pdf> acesso em: 23 de Junho de 2013.

Ballestrin, Luciana. América Latina e o giro decolonial. Revista Brasileira de Ciência Política. N 11. 2012. Pag.89-117 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n11/04.pdf> Acesso em: 18 de julho de 2013.

Held, David. A Democracia, o Estado Nação e o Sistema Global. Conferência. Oklahoma, Japão.1990.Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n23/a10n23.pdf>

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistémica: A opção descolonial e o significado de identidade em Política. Walter Mignolo. Caderno de Letras da UFF, n 34. 2008.

Santos, Boaventura Sousa. Reinventar la democracia, reinventar El Estado. Buenos Aires: CLACSO, 2005.Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/sousa/sousa.html>

Quijano, Aníbal.COLONIALIDAD DEL PODER Y CLASIFICACIÓN SOCIAL. In: El giro decolonial.*Reflexiones para una diversidad epistémicamás allá del capitalismo global* Santiago Castro-Gómez & Ramón Grosfoguel (org.). Ed. Siglo Del Hombre. 2007.

Disponível em:

<http://www.lapetus.uchile.cl/lapetus/archivos/1307460584CastroGomezSantiago-ElGiroDecolonial.pdf>

Pecequillo, Cristina Soreanu. Introdução às Relações Internacionais: temas, atores e visões. Cap. 1. Coleção Relações Internacionais. Petrópolis. Editora Vozes. 2005.

Rourke, John. Internacional Politics on the World Stage. 6th Stage. Dushkin/McGraw.Hill. 12 edition. 2007.

Jackson, Robert; Sorensen, George. Introdução às Relações Internacionais. Teorias e Abordagens. Zahar.2007.

QUIJANO, Aníbal. "Colonialidad y Modernidad-racionalidad". In: BONILLO, Heraclio (comp.). *Losconquistados*. Bogotá: Tercer Mundo Ediciones; FLACSO, 1992, pp. 437-449.Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/36091067/Anibal-Quijano-Colonialidade-e-Modernidade-Racionalidade>

SETH, Sanjay. The Limits of International Relations Theory: A Postcolonial Critique.

Disponível em: <http://www.printfriendly.com/print?url=http://www.e-ir.info/2012/08/24/the-limits-of-international-relations-theory-a-postcolonial-critique/>

Acesso em: 01 de Agosto de 2013.